

Sollicitare

N.11 \ DEZ. 2012

**Entrevista com
Luís Vaz das Neves**
Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa

06



**Nova Lei
do Arrendamento Urbano**
Onde mora a reforma

20



**Entrevista com
Direção Geral do Território**
Portugal, um território que se quer conhecer

26

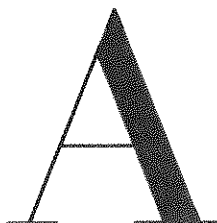


**Comissão para a Eficácia
das Execuções**
Muito além da fiscalização

38



Editorial	3	Atualidade	
Profissão		O Agente de Execução - Uma visão Universal	45
O futuro para lá da faculdade	14	Histórias	
A influência dos valores individuais e do capital psicológico na orientação para o trabalho	16	O dia em que um avião não levantou voo	72
Formação		Atualidade	
Aprender e rever ao longo da vida	22	Justiça e Comunicação. Onde fica a fronteira?	
Projetos		Entrevista com Luís Menezes Leitão	76
Recolha e divulgação de trabalhos de investigação	24	Profissão	
Comissão de Acompanhamento e Monitorização dos Agentes de Execução	32	Entrevista com o Agente de Execução Emanuel Silva	80
Entrevista com a equipa da CAMAE	44	Delegações	
Edições		Entrevista com José Jácome	
Agenda do Solicitador 2013		Círculo Judicial de Portimão	84
		Entrevista com Edna Nabais	
		Círculo Judicial de Castelo Branco	87
		Bibliotecas Jurídicas	
		Biblioteca da Procuradoria-Geral da República	90



A paixão pela profissão despontou em 2004, quando trabalhou num escritório de uma solicitadora de execução em Águeda. Para ingressar na profissão teve que suspender a sua inscrição na Ordem dos Advogados (OA) mas, desde que foi criada a figura do Agente de Execução (AE) com o DL n.º 226/2008 de 20.11, passou a poder manter ambas as cédulas profissionais.


Fala num esforço dantesco da Comissão Para a Eficácia das Execuções (CPEE) e da Câmara dos Solicitadores (CS) para fazer o melhor pela profissão.

No entanto, afirma que é preciso ter mais coragem para quando é necessário sancionar, sancionar mesmo. Isto porque lamenta que existam alguns colegas que facilitem e deixem os exequentes tomar conta da execução: "É aqui que se perde a execução, é aqui que não se dignifica os Agentes de execução e é aqui que estes deviam ser fiscalizados pela entidade com competência para tal". Contudo, considera que a fiscalização não tem que ter necessariamente um carácter meramente punitivo e defende o seu lado pedagógico, reconhecendo que faltam meios humanos para promover uma fiscalização mais efetiva e que, muito do que foi conseguido, foi com o esforço pessoal de todos os envolvidos. Pensa por isso que a CPEE e a CS são, muitas vezes, alvo de ingratidão por parte dos colegas que menosprezam o esforço e os obstáculos já ultrapassados.

Para Emanuel Silva, é essencial gostar da profissão. Procura manter sempre um sorriso na cara, mesmo na vida profissional (desengane-se quem acha que tal é impossível). Diz que se sente absolutamente realizado e que se especializou naquilo que gosta de fazer. Compara a ação executiva com um casamento: tem que existir o fogo da paixão aliado ao lado racional. Defende que tudo se resolve e afirma que consegue passar o lema aos próprios executados que nele conseguem ver, acima de tudo, um homem de carne e osso. Talvez por isso tenha conhecido executados que se tornaram exequentes e nomearam Emanuel Silva como Agente de Execução nos seus processos.

EMANUEL SILVA

"É costume as pessoas
tratarem-me por solicitador.
E eu nunca as corrijo."



Emanuel Silva tornou-se solicitador de execução em 2008, antes disso já era advogado e conhecia bem a realidade da ação executiva. Lembra que, na comarca onde exerce, o tribunal tinha dois funcionários para fazer serviço externo. Hoje, a mesma comarca tem cerca de dez Agentes de Execução com, no mínimo, cinco colaboradores cada.

Como é que surgiu a oportunidade de se tornar AE?

Surgiu quando foi permitido, aos advogados, o exercício das funções que, até então, estavam delegadas apenas aos solicitadores.

Como é que foi esse percurso?

Como estamos a falar de uma fase anterior ao DL n.º 226/2008 de 20.11, tive que suspender a minha inscrição na OA e inscrever-me na CS para ter acesso à profissão. Sou AE desde Dezembro de 2008.

Porque é que optou pela profissão de AE?

Porque me apaixonei pela execução quando estive a trabalhar no tal escritório da Agente de Execução, em Águeda. Na altura, em 2004, ainda não havia muitas minutas, ninguém sabia muito bem como é que se ia processar a tramitação, os juizes e funcionários judiciais estavam tão ou mais inseguros do que os próprios solicitadores de execução e, portanto, tratou-se de uma altura em que foi preciso desenvolver muito trabalho mas o gosto pela execução ficou desde essa data. Quando me tornei AE a situação já era muitíssimo mais estável. Em 2003, o GPESE era insipiente, poucas coisas se faziam no GPESE, os programas que davam apoio ao escritório do AE também não eram muitos e não tinham muita qualidade – vivia-se uma altura em que, de facto, ninguém sabia bem o que é que deveria esperar da execução. Nesta data, ainda havia competência territorial e tínhamos que delegar os processos que fossem de fora da comarca. Portanto, eu encontrei a execução numa fase muito diferente daquela em que se encontra agora. Os colegas mais recentes já encontraram um programa muito mais avançado, encontraram os procedimentos muito mais sedimentados, toda a gente sabe o que tem que fazer e como tem que fazer, as minutas circulam por todo o lado, etc.. No início, um simples requerimento era algo que tinha que ser muito bem estudado.

Sente que ter acompanhado essa evolução é uma experiência útil para o exercício da profissão no presente?

Muito! Porque só assim conseguimos de facto perceber o atual estado de evolução das coisas. Antes, esperava-se dois, três meses por uma consulta à Segurança Social e agora faz-se num clique. E nós só conseguimos compreender e progredir se tivermos a percepção da evolução destas coisas.

A advocacia ficou totalmente de lado ou continua a exercer?

Para mim é incompatível. Incompatível no sentido em que, ter um escritório de AE, é como ter um mini juízo, com toda a burocracia que isso envolve. E, se nós queremos prestar um serviço com alguma qualidade e dignidade, não é possível conciliar as duas coisas. Se o meu dia tivesse 48 horas, estas não chegavam para fazer tudo aquilo que tenho que fazer.

Que outros motivos o levaram a tornar-se AE?

Eu entendo que nós nos devemos especializar e, ao abraçar a execução, senti que me podia tornar cada vez melhor numa

só área e ir desenvolvendo os meus conhecimentos nessa mesma área. Para mim, a especialização é muito importante e consegue-se isso no âmbito da execução. E isso não torna a profissão monótona porque cada processo é um caso diferente, todos eles têm uma tramitação e incidências diferentes, todos nos apaixonam de maneiras diferentes.

Então não acha a profissão rotineira?

Não há uma rotina quanto aos processos porque todos eles são diferentes, mas há certos procedimentos que se repetem constantemente porque efetivamente fazem parte da tramitação. A riqueza da execução reside nas soluções a encontrar para os problemas, que essas sim são muitas vezes diferentes. Quem pense que isto é monótono desengane-se! Nós lidamos com muitas pessoas e o facto de termos a noção de que a nossa atitude tem sempre um efeito, leva-nos a tentar gerir e aprimorar a forma como fazemos o nosso trabalho. Ou nós conseguimos ter uma personalidade forte e manter o controlo da situação sem demonstrar falta de educação com ninguém e mantendo o respeito perante todos ou, quanto perdemos esse controlo, será mais fácil as pessoas manipularem-nos e conduzirem a execução para zonas que nós não queremos, que nós não conseguimos controlar.

Nos primeiros tempos, quando entrou para a classe, como é que foi recebido?

Fui sempre bem recebido pelos solicitadores, a começar pela Solicitadora de Execução que me deu trabalho, bem como por todos os outros solicitadores de execução com que me cruzei. Os advogados, se me viam de maneira diferente, não o diziam diretamente. É evidente que os mais velhos gracejavam: – “foste de cavalo para burro!”. Eu acho que essa ideia ainda se mantém, mas nunca senti isso e ainda hoje não sinto. Aliás, é costume as pessoas tratarem-me por solicitador. E eu nunca as corrijo.

E como é que se apresenta profissionalmente?

Sempre como Agente de Execução. Até porque não exerço advocacia e, por isso, não me intitulo como advogado. Como não faço solicitadoria generalista, também não me intitulo como solicitador. É sempre sempre como Agente de Execução.

Como é que avalia esta abertura da profissão também aos advogados?

Eu acho que a abertura é sempre boa porque vão chegando pessoas novas à execução. E pessoas com valor, com mérito, com vontade de trabalhar e nós temos que aproveitar essas pessoas que vêm por bem para nos ajudar e para aprendermos com elas. Não quer dizer que sejam melhores do que os que já cá estão, porque esses também são esforçados e meritórios. Eu conheço Agentes de execução solicitadores que, para mim, são das pessoas mais completas que eu vi até hoje. E por esses tenho naturalmente todo o respeito e admiração. Os que vierem, se vierem acrescentar um contributo positivo, são, na minha opinião, bem-vindos. Não deve haver uma segregação.

E no caso dos notários? Como avalia a possibilidade de eles virem a promover os despejos?

Os notários são diferentes, porque eles continuam na Ordem deles e não se tornarão AE's. Pelo que penso que isso abre um precedente mau para os AE's e para a ação executiva. Competirmos com outra Ordem profissional numa coisa que era apenas nossa, se calhar, pode ser uma derrota face àquilo que todos nós temos tentado que a execução seja.

Sente que os advogados não têm qualquer tipo de problema por estarem numa profissão que é regulada pela CS?

O poder disciplinar não está presentemente na CS e isso, de algum modo, ajuda a esbater essa questão. A existência da CPEE, como entidade responsável pela fiscalização e exercício do poder disciplinar sobre os AE, de certo modo, tranquiliza toda a gente. Em todo o caso, ninguém tem de se sentir diminuído por ser advogado e estar na CS.

E sente que a fiscalização da CPEE tem ido ao encontro das necessidades?

De maneira nenhuma. Eu pedi uma fiscalização voluntária ao meu escritório, porque a minha postura na vida tem sido de total transparência e, nesse sentido, pedi a fiscalização em 26 de abril de 2011. Até hoje, ainda não saiu a minha nota. E eu podia dar exemplos de terceiros mas estou a dar em primeira pessoa. Para mim, a fiscalização deveria ser um dos aspetos em que devíamos batalhar mais, para melhorar a imagem dos AE's, se bem que entendo que essa imagem é cada vez melhor. Isso acontece também em função das alterações que a CS tem feito no GPESE, as novas regras de pagamento, etc.. Tudo isso contribui para melhorar a imagem da classe. Mas a fiscalização é essencial. Eu não aceito, nem aceitarei, que um exequente me diga: "Você é demasiado formalista, cumpre os formalismos todos e por isso eu vou tirar os processos do seu escritório e vou para o seu colega do lado que não cumpre determinada regra". Tem que haver quem fiscalize e limpe estes males da classe.

Mas acha então que a imagem do AE tem melhorado?

Sim! E tinha mesmo que melhorar. A maior parte dos AE's demonstra um grande esforço. Um escritório normal abre às 8 horas e fecha às 21, 22, ou 23 horas. Aos fins-de-semana, eu estou a trabalhar e outros colegas meus também. O esforço dos AE's, às vezes é sobre-humano. De vez em quando, há casos excepcionais que vêm a público e que fazem com que as pessoas percam a confiança na profissão e, quanto a isso, a CS tem que estar atenta. Aliás, acho que estas novas medidas de segurança como as novas regras de pagamento, o facto de não se poder fazer transferências para NIB, a existência das referências multi-banco – tudo isto vem credibilizar muito mais a nossa atividade.

Acha que é preciso humanizar a figura do AE?

Sim. Eu posso dizer que alguns dos meus executados se tornaram meus exequentes. Quando vou fazer uma diligência,

não vou julgar ninguém, vou com respeito: apresento-me, digo ao que é que venho e as pessoas sabem perceber isso. Não pode é haver julgamentos, juízos de valor, faltas de respeito nem prepotências. É preciso um ponto de equilíbrio. Às vezes, por duas palavras a mais ou a menos, não se consegue fazer uma diligência. Em termos humanos, nós somos como todas as outras pessoas, temos um coração e lágrimas que, às vezes, não são fáceis de conter. Entrar numa casa com chão de terra batida e ver os filhos a chorar agarrados às pernas dos pais, por muito forte que se seja, é sempre muito difícil de gerir. Outras situações são o inverso: estamos perante pessoas que fazem do não pagamento aos credores profissão, que pensam que sabem mais do que nós e que conseguem dar-nos a volta. Por isso, acho que a profissão se humaniza respeitando toda a gente. Temos que nos lembrar que a fronteira que nos separa é muito ténue e que, basta um azar na vida, para que qualquer pessoa, de um dia para o outro, possa passar para o outro lado da execução. Se isso acontecesse, eu gostava que o AE que lidasse comigo fosse uma pessoa educada, responsável e que me soubesse tratar com a dignidade que eu merecia. Creio que a maior parte dos meus colegas contribui para dignificar o lado humano do AE.

O que espera da CS?

Eu espero que a CS continue a investir no GPESE como tem investido, que nos dê ferramentas para que possamos trabalhar cada vez melhor. Ultimamente, temos assistido a muitas alterações no nosso sistema e todas elas para melhor. O esforço da CS e do Colégio da Especialidade é notório. Todas as pessoas que trabalham para os colegas devem merecer o nosso respeito. É claro que também acho que podia ser feito um esforço maior no sentido de alargar as nossas competências. Se nós já demos provas de que conseguimos tramitar a execução com um melhor do que os tribunais, será que não poderíamos, de igual modo, auxiliar a execução fiscal e da segurança social? Nesse sentido, eu penso que a CS poderia promover o que tem de melhor a figura do AE e as suas muitas vantagens como profissional liberal.

Vindo de outra ordem profissional, não sentiu nenhum tipo de discriminação?

Nunca ninguém da CS me negou o que quer que fosse ou me discriminou em função de eu ser advogado e não solicitador. Ao invés, noto que os advogados que chegaram, por último, à ação executiva se auto-discriminam, fazendo questão, por exemplo, de se apresentarem nas Assembleias-Gerais como advogados e não como AE's. Eu nunca me apresento como advogado. Não entendo a necessidade desses AE's se apresentarem como advogados. Não sei se se sentem inferiores por estarem no meio de solicitadores ou se querem transmitir que se sentem superiores por serem advogados. Para mim, o mérito não está nos títulos académicos mas no trabalho que desenvolvemos todos os dias na rua, por isso nunca corrijo quem me chama de solicitador. A verdade é que quem

vem para esta profissão, embora podendo ser solicitador ou advogado, será sempre agente de execução. Apresentarem-se, em cada intervenção e em cada voto de vencido, com um "sou advogado", não tem nenhuma razão de ser e só demonstra uma incompreensível auto-discriminação.

Pode fazer-se justiça enquanto agentes de execução

Tenho executados que se tornaram meus exequentes

A fiscalização não tem que ser má, eu próprio pedi-a voluntariamente

Todos os processos nos apaixonam de maneiras diferentes

Para se ser Agente de Execução tem que se ser por inteiro e, mesmo por inteiro, ainda é pouco.



Essas relações são então mais complexas do que se pode imaginar?

Complexas talvez para essas pessoas que não se sabem integrar ou que não se querem integrar tão facilmente. E, para esse género de pessoas, vai ser sempre difícil fazer qualquer coisa. Nem mesmo se existisse uma ordem só de AEs, eles iriam estar contentes. E lá se iam arranjar para dizer que não devia ser branco porque era melhor se fosse preto. A maneira que temos para resolver tudo isto é perceber que ninguém é mais do que ninguém, que todos trabalhamos para o mesmo, ou seja, dignificar a profissão de AE pelo nosso mérito e não pela classe profissional de que vivemos. Por pensar assim e por trabalhar diariamente em prol da profissão é que acho que a pior coisa que um AE esforçado pode receber é ingratidão, venha ela de onde vier.

Acha que ainda só se quer ser AE por uma questão económica?

No meu caso não foi por uma questão económica, foi por paixão. Eu era advogado de um grupo de empresas relativamente grande, no qual tinha um bom salário e muitas regalias.

Mas a paixão pela execução estava lá desde a data em que trabalhei num escritório de AE, principalmente porque, ao contrário do que algumas pessoas possam pensar, na execução consegue fazer-se justiça. No entanto, existe a ideia, em especial entre os Advogados, de que os AEs ganham muito. Pode ser que agora, com a entrada dos Advogados, essa ideia seja desmistificada depois de verem o que é preciso para manter um escritório a funcionar. Por isso é que me choca que algumas sociedades de advogados, comentadores e, até, colegas falem em baixar as tarifas dos AE numa altura em que tudo aumenta.

Então, esta opção profissional correspondeu às expectativas?

Superou largamente as expectativas que eu tinha! No início, receava que o projeto não corresse bem. Isto porque, em Águeda, somos já cerca de 10 agentes de execução e, na Comarca do Baixo Vouga onde estou inserido, cerca de 40, pelo que começa a ser muita concorrência. Além disso, tudo o que eu ganhei no início foi para investir no meu escritório, nas minhas ferramentas. Eu não tinha um único clip e hoje conto com toda a estrutura necessária e suficiente, inclusive um site com os bens publicitados, onde os interessados podem apresentar as suas propostas, e um programa de gestão interno ao qual os Mandatários e Exequentes podem ter acesso.

Como vê o futuro da profissão?

Eu acredito que a profissão tem futuro e que pode até abranger mais áreas às quais os AE podem acrescentar outras valias por via da sua especialidade e competências, designadamente, as execuções fiscais. Por outro lado, vejo a abertura de um precedente grave na questão de os notários terem funções comuns às do AE. Agora vieram os notários, amanhã poderá vir outra ordem profissional dizer: "Meus amigos nós também temos dois braços e duas pernas, também vamos querer fazer qualquer coisa na execução". Nesse aspeto, assusta-me, não porque tenha medo da concorrência, mas porque quem vem pode vir destruir o que já foi feito. Uma estrutura organizada precisa de se manter e, para isso, tem que haver uma estabilidade de processos a entrar e se, por ventura, esses processos deixarem de entrar, a estrutura que funcionava bem vai começar a funcionar menos bem. E o que é que o cidadão ou a justiça ganha em contrapartida? Nada! Ganham-se mais uns escritórios isolados que, por si só, também não vão acrescentar mais-valia nenhuma porque não se conseguirão estruturar de modo a prestarem um serviço de qualidade e, pelo caminho, vão destruindo outros que já estavam organizados mas que, com a divisão de processos, perdem capacidade económica para os manter. Mesmo no caso dos advogados, não vejo como se consiga continuar a exercer as duas funções sem deixar nada para trás. Para se ser Agente de Execução tem que se ser por inteiro e, mesmo por inteiro, ainda é pouco. ::